

**AgRg no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.510.287 - MT
(2019/0153541-3)**

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
AGRAVANTE : ANTONIA CONCEICAO NASCIMENTO
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO

EMENTA

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. PENAL. ART. 99 DA LEI N.º 10.741/2003. ABANDONO DE IDOSO. AUTORIA E MATERIALIDADE. AFERIÇÃO. MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. SÚMULA N.º 7 DO STJ. CRIME DE MÃO PRÓPRIA. SUJEITO ATIVO. CONDIÇÃO AUSENTE. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA N.º 282 DO STF. AGRADO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. O Tribunal de origem, a partir da análise dos fatos e provas, entendeu estarem demonstradas a autoria e a materialidade delitivas. Para rever a conclusão, seria necessário o reexame do acervo fático-probatório, providência descabida em recurso especial, nos termos da Súmula n.º 7 do Superior Tribunal de Justiça.

2. A tese de que o delito do art. 99 da Lei n.º 10.741/2003 seria de mão própria, não possuindo a Agravante a condição para figurar como sujeito ativo do crime, não foi debatida pelo Tribunal *a quo*, sem que houvesse a oposição de embargos de declaração. Assim, o tema carece de prequestionamento, nos termos da Súmula n.º 282 do STF.

3. Agravo regimental desprovido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas a seguir, por unanimidade, negar provimento ao agravo regimental, nos termos do voto da Sra. Ministra Relatora. Os Srs. Ministros Sebastião Reis Júnior, Rogerio Schietti Cruz, Nefi Cordeiro e Antonio Saldanha Palheiro votaram com a Sra. Ministra Relatora.

Brasília (DF), 12 de novembro de 2019(Data do Julgamento)

MINISTRA LAURITA VAZ
Relatora